

TRABALHO E LUTA DE CLASSES EM MARX COMO LUTA E UNIDADE DOS CONTRÁRIOS E A CONCEPÇÃO DE POLITECNIA

Valéria Fernandes de Carvalho¹

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva refletir acerca da concepção de educação politécnica, entendendo-a como expressão da luta de classes travada no seio da sociedade capitalista. Para tanto, a partir da análise do conceito de trabalho desenvolvido por Marx no seu livro *O Capital*, se explicita sentido ontológico-histórico do trabalho, para mostrar que a formação humana (material e intelectual), advinda do sentido ontológico do trabalho, forja-se perpassada pelas condições e relações sociais de produção que os seres humanos estabelecem entre si em cada contexto histórico-social e, desta forma, é crivada pela luta que as classes sociais fundamentais travam entre si em determinado modo de produção. A partir dessa reflexão, analisa o trabalho como princípio educativo sob o domínio/direção do capitalismo, demonstrando, ao mesmo tempo, como a educação politécnica emerge da crítica, da resistência e das lutas travadas para superar este domínio, constituindo-se, desta forma, como concepção de educação baseada no trabalho como princípio educativo na perspectiva da classe trabalhadora.

¹Professora-pesquisadora do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (LABFORM) da EPSJV. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2006). Contato: valcarvalho@epsjv.fiocruz.br.

O OBJETIVO [FINALIDADE] DA PRODUÇÃO DAS MERCADORIAS E A ESPECIFICIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LIVRO “O CAPITAL”

De onde provém a concepção de educação politécnica? Os autores que tratam deste tema consideram que o conceito de trabalho é o fio condutor para a compreensão desta concepção de educação advinda da perspectiva marxista (RODRIGUES, 2009, p. 168). Desta forma, compreender o que é o trabalho e o processo de trabalho é fundamental para a apropriação dos fundamentos teórico-filosóficos da educação politécnica. Para tanto, debruçei-me sobre o livro *O Capital*, de Karl Marx², cujo quinto capítulo, intitulado “Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia”, foi subdividido em dois itens:

- 1) Processo de trabalho ou o processo de produzir valores-de-uso;
- 2) Processo de produzir mais-valia.

Nesse capítulo, Marx expõe sua concepção de trabalho, ressaltando que, na primeira parte, apresenta a definição que se segue, abstraindo-o das condições sócio-histórica que o determinam, para em seguida analisá-lo na concreticidade histórico-social do modo de produção capitalista.

Segundo Marx (1996):

(...) antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula, controla seu intercâmbio com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (...). Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996, p. 202 – grifos nossos).

²O presente artigo está baseado nos volumes 1 e 2 do Livro 1 de *O Capital: crítica da economia política*, em sua 15ª edição publicada em 1996 pela Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. Por isso mesmo, daqui por diante, o ano da edição será omitido das referências ao texto de Marx.

Nela estão contidas as dimensões materiais e intelectuais do trabalho na produção social da existência humana, quais sejam: o conjunto das *faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo e na personalidade viva* de um ser humano³ (atividade de trabalho: atividade adequada a um fim) – também denominado trabalho vivo; e os meios de produção – instrumentos de trabalho e matéria-prima (trabalho morto).

O trabalho se realiza através do processo de trabalho. Processo no qual o ser humano põe em ação suas *forças físicas e intelectuais* e, nesta ação, através da utilização dos meios de produção, intervém sobre a natureza, transformando matéria-prima em valores-de-uso⁴.

Nesse sentido, “o processo de trabalho é entendido como condição natural eterna da vida humana” (p. 208), uma vez que em todos os modos de produção, em todas as épocas históricas, por meio da articulação entre os elementos do processo de trabalho, o homem intervém sobre a natureza e produz sua existência social.

Conclui-se, então, que o trabalho é a *intervenção do homem* sobre a natureza para *produzir e reproduzir sua existência social* – pois o homem, na apropriação dos elementos naturais para atender às necessidades humanas, transforma a natureza (para criar valores-de-uso) e a si próprio, na medida em que, por meio do mesmo, desenvolve sua consciência, seu conhecimento e sua cultura.

Desse primeiro momento da exposição de Marx, podemos extrair a ontologia do trabalho, no sentido de que permite ao ser humano fazer-se *humano*, tanto física quanto intelectual e culturalmente.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – *quaisquer que sejam as*

³Capacidade de trabalho posta em ação pelo ser humano toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (MARX, 1996, p. 187).

⁴Marx define valores-de-uso como: “(...) coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza” (p. 201); “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. (...) O valor-de-uso só se realiza com a utilização do consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (p. 42). Na nota 4 da página do livro de Marx, ele transcreve uma citação de Jonh Locke: “O valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana”. O valor-de-uso objetiva a satisfação das necessidades humanas de qualquer natureza.

formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (Ibidem, p. 50 – grifos nossos).

Finalizando o primeiro item do capítulo cinco (“O processo de trabalho ou o processo de produzir valores-de-uso”), Marx expõe o que considero uma das chaves para o entendimento da totalidade que constitui o trabalho na perspectiva marxista:

(...) O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o *processo examinado* nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, *se sob o látego [chibata]⁵ do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executa Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravio com um pedra* (grifos nossos). (Ibidem, p. 208).

Esse fragmento suscita as seguintes questões: *que relações sociais de produção os homens estabelecem entre si para produzir sua existência social? Sob que condições e relações sociais de produção o processo de trabalho se realiza?*

A reflexão acerca destes questionamentos permite avançar no seguinte entendimento: o processo de trabalho desenvolve-se inserido em determinadas relações sociais de produção, pois os elementos do processo de trabalho colocam-se em movimento, a partir de determinadas relações sociais de produção.

Nesse sentido, as condições e o tipo de relação social de produção que os homens estabelecem entre si dirigem o processo de trabalho e definem sua especificidade histórico-social. A partir do fragmento citado, Marx começa a nos apresentar sua compreensão acerca da concreticidade histórico-social do trabalho.

E, ainda, ao afirmar que “o processo examinado [processo de trabalho ou processo de produzir valores-de-uso] nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza”, o autor reitera sua concepção acerca da concreticidade das categorias, já exposta na Contribuição à Crítica da Economia Política:

⁵Os escritos entre colchetes são esclarecimentos meus que julgo necessários para compreender o que exponho.

(...) até as categorias mais abstratas, ainda que válidas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas e no quadro destas. (HUBERMAN, 1977, p. 223).

Pode-se, então, amadurecer a concepção da categoria trabalho, acrescentando o que está grifado na definição que segue: o trabalho é a intervenção do homem sobre a natureza, *mediado pelas relações sociais de produção que os homens estabelecem entre si*, para produzir sua existência social.

Para compreender melhor o desenvolvimento da construção teórica de Marx sobre o processo de trabalho, através do que expõe no segundo item do quinto capítulo (“O processo de produzir a mais-valia”), resgatarei alguns elementos apresentados por este autor no quarto capítulo⁶ dessa obra, pois ajuda a entender por que ele conclui no final do quinto capítulo que:

Vemos que a *diferença* estabelecida, *através da análise da mercadoria*, “entre o trabalho que produz valor-de-uso e o trabalho que produz valor se manifesta sob a forma de dois aspectos distintos do processo de produção”. O processo de produção, *quando unidade do processo de trabalho* e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; *quando unidade do processo de trabalho* e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (grifos nossos). (MARX, 1996, p. 222).

Antes de prosseguir, chamo a atenção para dois aspectos no trecho citado:

1) A diferença entre os tipos de trabalho manifesta na distinção estabelecida por Marx entre o processo de produção:

- *quando unidade do processo de trabalho* e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias;
- *quando unidade do processo de trabalho* e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias.

⁶Intitulado “A transformação do dinheiro em capital”.

2) O fato de esta distinção ser feita, conforme o autor, “através da análise da mercadoria”.

Na primeira frase do quarto capítulo, Marx afirma que “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital” (MARX, 1996, p. 165) e, na página seguinte, que “o dinheiro que é só dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação”. Baseado nestes pressupostos, dedica-se à análise da circulação das mercadorias definindo dois tipos de circulação: a circulação simples de mercadorias e a circulação [das mercadorias] no capitalismo.

Dado o foco da discussão que propus neste artigo, extrairi do quarto capítulo do livro *O Capital* a relação entre a *finalidade da produção das mercadorias e a especificidade do processo de trabalho* no modo de produção capitalista apresentado por Marx, com o intuito de analisar suas implicações nas concepções da formação da classe trabalhadora.

Segundo Marx, a forma de circulação simples das mercadorias desenvolvia-se da seguinte maneira: o produtor de determinada mercadoria a vendia no mercado, trocando-a pelo dinheiro para, com este equivalente universal de troca⁷, comprar outra mercadoria. Assim, o objetivo final da circulação simples de mercadorias (M-D-M)⁸ era a produção para o consumo, pois se produzia determinada mercadoria para, com sua venda, apropriar-se do dinheiro e comprar outra mercadoria que fosse útil, isto é, a *finalidade do produtor era apropriar-se de uma mercadoria que lhe servisse como valor-de-uso*. O objetivo dessa produção e circulação de mercadorias era a satisfação de determinadas necessidades humanas^{9,10}.

⁷Nessa forma de circulação de mercadorias, o dinheiro tem apenas a função de equivalente de troca de valores-de-uso. Esse era o papel principal do dinheiro.

⁸Conversão de mercadoria (M) em dinheiro (D) e reconversão do dinheiro em mercadoria (M).

⁹“No circuito M-D-M, o objetivo final é o consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra: valor-de-uso” (MARX, 1996, p. 169).

¹⁰A produção para a troca era apenas para obter um produto que não se conseguia produzir em casa. De acordo com Huberman (1973, p. 62), “a família precisava de móveis? Não se recorria ao carpinteiro para fazê-los, nem eram compradas numa loja da Rua do Comércio. Nada disso. A própria família do camponês derrubava a madeira, limpava-a, trabalhava-a até ter os móveis de que necessitava. Precisavam de roupas? Os membros da família tosquiavam, fiavam, teciam e costuravam – eles mesmos. A indústria se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas”.

No capitalismo, o objetivo fundamental da circulação das mercadorias não é o atendimento das *necessidades humanas*¹¹, mas sim *comprar para vender* e nesse processo ampliar interminavelmente o acúmulo de capital. Marx demonstra isso ao analisar o circuito D (dinheiro)-M (mercadoria)-D' (valor adiantado + a mais-valia), mostrando que no primeiro ato desse circuito (D-M) o possuidor do dinheiro compra determinadas mercadorias (matérias-primas + instrumento de trabalho + mercadoria força de trabalho) com o objetivo de retirar mais dinheiro (D')¹² do que lançou no início da circulação (ibidem, p. 170).

Marx enfatiza que é no primeiro ato do circuito D-M-D', ou seja, no ato D-M, que ocorre a valorização do capital, pois essa valorização decorre do consumo das mercadorias que o possuidor do dinheiro comprou neste primeiro ato [força de trabalho e meios de produção], particularmente do consumo da mercadoria força de trabalho no processo de produção capitalista.

Podemos começar, então, a entender por que, para Marx, a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. No vigésimo quarto capítulo, "A chamada acumulação primitiva de capital" (MARX, 1996, L. 1, v. 2), ele analisa o processo de criação do capitalismo que, para ele, "consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos" (ibidem, p. 830), destacando que "*o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador*¹³" (ibidem, p. 831).

Este processo desenvolveu as condições para que dois possuidores de mercadorias bem distintas *se encontrassem* no

¹¹A não ser que acrescentasse "às necessidades humanas daquele que quer ampliar seu capital". Ao referir-se ao não atendimento das necessidades humanas, Marx refere-se ao fato de que "nunca se deve considerar o valor-de-uso como objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucro" (MARX, 1996, p. 172).

¹²Intitulado "O dinheiro transforma-se em capital".

¹³Ao longo do capítulo, Marx expõe de forma minuciosa a violência, a rapina e assassinato como métodos utilizados durante os cercamentos dos campos e no sistema colonial – processos constituintes da chamada acumulação primitiva de capital.

mercado: o possuidor da mercadoria força de trabalho e o possuidor dos meios de produção.

O produtor direto circula agora no mercado [de trabalho] como trabalhador “livre”¹⁴, dono de sua força de trabalho. Entretanto, destituído dos meios de produção de sua subsistência e, por isso, obrigado a vender sua força de trabalho no mercado, transformando-a em mercadoria. Por sua vez, o possuidor dos meios de produção ávido para ampliar a soma de dinheiro que possui precisa ir ao mercado comprar a mercadoria força de trabalho e consumi-la na produção e, dessa maneira, ampliar seu capital. “Estabelecidos estes dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista”¹⁵ (ibidem, p. 830, grifos nossos).

No quarto capítulo, o desenvolvimento destas condições básicas aparece da seguinte maneira:

(...) É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, *sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias*, consiga expandir um valor, transforme dinheiro ou mercadoria em capital. (...) *Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação*. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem. (...) *E é aí que está o busílis* [quer dizer: o X da questão] (grifos nossos). (MARX, 1996, p. 186).

O capital não pode originar-se fora da circulação porque é na circulação das mercadorias que o possuidor do dinheiro encontra a mercadoria força de trabalho para comprar. E, entretanto, é no consumo dessa mercadoria, no interior do processo de produção [ou seja, fora da esfera da circulação], que o capital se valoriza¹⁶.

¹⁴“Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando livres e desembaraçados deles. (...) Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para os nossos historiadores burgueses. Mas, os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmo depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e lhes privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. É a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 1996, p. 829-830).

¹⁵Marx enfatiza em diversos momentos que o aparecimento do trabalhador livre no mercado, vendendo sua força de trabalho, é uma condição histórica que determina um período da história da humanidade (ibidem, p. 190).

¹⁶“Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, (...) parece que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado” (ibidem, p. 197).

Ao analisar o processo de compra e venda da mercadoria força de trabalho, Marx descobre a peculiaridade da mercadoria força de trabalho e revela-nos o segredo da acumulação de capital, pois explicita que: como toda mercadoria, a mercadoria força de trabalho possui um valor-de-uso e um valor de troca. O valor-de-uso define a utilidade social da mercadoria, e o valor de troca é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria.

Ao vender sua força de trabalho como mercadoria, o trabalhador realiza seu valor de troca quando recebe do capitalista um pagamento correspondente ao mínimo necessário para sua subsistência; no entanto, aliena seu valor-de-uso durante a jornada de trabalho¹⁸, uma vez que a forma como o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho será utilizada na produção pertence àquele que comprou esta mercadoria.

Marx demonstra como o consumo da força de trabalho na produção, ou seja, a utilização da força de trabalho produz além do valor que será pago como correspondente ao valor de troca da mercadoria força de trabalho, um valor excedente (a mais-valia), ou seja, um trabalho não pago [ao trabalhador].

[O trabalhador] Não pode receber um [valor de troca] sem transferir o outro [o valor-de-uso]. (...) o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor *que sua utilização* cria num dia é o dobro do próprio valor de troca. (Ibidem, p. 218).

Na leitura dos capítulos aqui citados, ficou evidente a ênfase de Marx às condições e relações sociais de produção, como elementos centrais para compreendermos o que é trabalho e o processo de trabalho e suas especificidades nos diferentes modos de produção.

¹⁸Estabelecida no contrato de trabalho acordado com o comprador da mercadoria força de trabalho.

A expropriação total dos meios de produção do produtor direto impossibilita-o de produzir sua subsistência, obrigando-o a transformar sua força de trabalho em mercadoria e vendê-la ao proprietário dos meios de produção, cujo principal objetivo é acumular capital, via apropriação de trabalho não pago, ou seja, através da exploração.

Nestas condições, há uma cisão completa dos elementos do processo de trabalho, no sentido de que eles pertencem a proprietários distintos:

- O possuidor da força de trabalho, ou seja, o produtor direto agora é “livre” para dispor de sua capacidade de dispendar energia física e intelectual como quiser. No entanto, é obrigado a vendê-la, pois não possui os meios de produção para produzir sua existência.
- O possuidor dos meios de produção [o capitalista], por sua vez, detém os meios de produção. Todavia, seu objetivo imediato não é produzir valores-de-uso, mas acumular capital. Para tanto, precisa comprar a mercadoria força de trabalho para dela extrair o valor excedente (mais-valia). Dessa maneira e nessas condições, os proprietários precisam se relacionar para produzir sua existência:
- O possuidor da força de trabalho vende sua capacidade de trabalho para através dela receber um pagamento que permita sua subsistência.
- O possuidor dos meios de produção compra a força de trabalho por uma jornada de trabalho, para extrair um valor excedente que lhe permita ampliar capital, e assim garantir sua existência social como capitalista.

Esses proprietários (tanto o da força de trabalho quanto o dos meios de produção), na condição em que se encontram, só existem enquanto tais a partir dessa relação, pois, segundo Marx, “a produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e, do outro, o assalariado” (Ibidem, L. 1, v. 2, p. 673), e ainda “o capital pressupõe o trabalhado assalariado, e o assalari-

ado pressupõe o capital. Eles se condicionam e se reproduzem, reciprocamente (...)” (Ibidem, nota 20, L. 1, v. 2, p. 673).

No capitalismo, o processo de trabalho se concretiza a partir desse tipo de condição e relação social de produção, pois é a partir delas que os elementos do processo de trabalho se articulam e são colocados em ação.

Dada a condição de o produtor direto no capitalismo – ter que vender sua capacidade de trabalho ou morrer de fome – e a condição do capitalista – ser proprietário dos meios de produção e de uma massa de trabalhadores “*livres*” e *disponíveis* – fica evidente que o capitalista é o aspecto dominante nesta relação e, por isso, seu objetivo dirige e define a materialização e especificidade do processo de trabalho no capitalismo.

Destaquei um pouco antes a diferença que Marx estabelece entre os tipos de trabalho (trabalho que produz valor-de-uso e o trabalho que produz valor) manifesta nos distintos processos de produção. Procuro explicitar essa distinção no quadro a seguir:

Objetivo da produção¹⁹	Tipo de processo de produção	Tipo de valor produzido (natureza do resultado do trabalho)
Produzir para atender às necessidades humanas (produção para consumo próprio)	<i>Processo de trabalho</i> com relações sociais de produção baseadas na cooperação sem exploração	Valor-de-uso
Produzir para consumir e trocar com o objetivo de consumir	Unidade do <i>processo de trabalho</i> e do processo de produção de mercadorias	Valor-de-uso e valor de troca. “No entanto, o valor de troca não domina o processo social em toda sua extensão e profundidade” (Ibidem, p. 190)
Produzir para acumular capital	Unidade do <i>processo de trabalho</i> e do processo de produzir mercadorias/mais-valia	Valor excedente (mais-valia) – objetivo principal da produção (valor-de-uso e valor de troca)

¹⁹“Devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de ‘fazer história’... O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como a [sic] milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora...” (MARX, *A Ideologia Alemã*, Presença, 1976, p. 33).

Observando e analisando o quadro, destaco que:

- o processo de trabalho é realizado em todos os processos de produção independentemente do tempo histórico ou da sociedade em que se desenvolve;
- todos os processos de produção são constituídos por um conjunto de processos de trabalho dirigidos por determinadas relações sociais de produção;
- as condições, e a partir destas o tipo de relações sociais de produção que os seres humanos estabelecem entre si para produzir, definem a forma predominante como a existência social (material, econômica, política, cultural, ideológica e tecnológica) vai ser produzida.

Vale retomar a citação que destaquei nas primeiras páginas deste artigo, para elucidar o que afirmo.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – *quaisquer que sejam as formas de sociedade* –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (Ibidem, p. 50).

No capitalismo (forma de sociedade na qual vivemos), a atividade que possibilita a criação de valores-de-uso está sob o comando/direção das necessidades sociais do capitalista, pois ele é o aspecto dominante na relação social de produção que dirige, orienta e a partir da qual os elementos do processo de trabalho são colocados em movimento. Logo a produção de valores-de-uso, nessa sociedade, visa, fundamentalmente, à acumulação de capital. É a esse projeto, a essa *vontade*, que o processo de produção está subordinado. O acúmulo de capital é a *lei determinante* do modo do processo de trabalho operar no capitalismo, ou seja, o processo de trabalho na forma de sociedade capitalista está fundamentalmente subordinado à vontade do capitalista.

A burguesia detém a direção do processo de trabalho. A capacidade de deter a teleologia do trabalho é fruto da propriedade privada dos meios de produção.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, na forma de sociedade capitalista, é trabalho explorado porque esta criação se dá através da exploração.

O produto, de propriedade capitalista, é um valor-de-uso, fios calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e mercado. *Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).* (Ibidem, p. 210-211, grifo nosso).

Apesar de explicitar que a produção de valores-de-uso não é o objetivo do capitalista, Marx deixa claro que é através da produção da mercadoria (unidade: valor-de-uso/valor-de-troca), a partir da exploração da força de trabalho, que o capitalista, detentor dos meios de produção necessários à produção de valores-de-uso, alcança seu objetivo, qual seja: o processo de ampliar interminavelmente sua acumulação de capital.

O processo de trabalho (trabalho útil que produz valores-de-uso) perpassa todos os modos sociais de produção; cabe compreender a que finalidades ou necessidades sociais o processo de trabalho atende, ou seja, a que objetivos/finalidade está subordinado. Daí a afirmação de Marx: “O processo de produção quando ‘unidade do processo de trabalho’ e do processo de produzir mais-valia é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias” (1996, p. 222). Ou seja, é produção de valores-de-uso objetivando, via exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia. É sempre processo de trabalho dirigido por uma teleologia.

Cabe ainda problematizar o seguinte aspecto: se através do trabalho o homem transforma a si mesmo, *que ser social tra-*

balhador é produzido sob as condições e relações sociais através das quais se desenvolve o processo de trabalho no capitalismo? Nestas condições, nas quais a classe trabalhadora está totalmente destituída dos meios de produção; nestas relações sociais de produção marcadas pela exploração, pela subordinação e pela violência, que tipo de formação, que tipo de desenvolvimento intelectual e cultural e que consciência forja-se predominantemente neste processo?

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO

(...) a *essência humana* não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, é o *conjunto das relações sociais* (grifos nossos) (MARX, Teses de Feuerbach, s/d, p. 209).

Os pressupostos de que a categoria trabalho é fundamental para compreender a formação humana tanto física quanto intelectualmente e, neste sentido, para o desenvolvimento da consciência, do conhecimento e da cultura; bem como o de que o trabalho não existe em abstrato, visto que se concretiza de forma específica em cada modo de produção social, levam-me a inferir que o sentido ontológico do trabalho, enquanto categoria fundante do ser humano, se expressa (efetiva-se ou concretiza-se) predominantemente de forma diferenciada em cada modo de produção dominante.

Sendo assim, a produção (material e intelectual) do ser social, advinda do sentido ontológico do trabalho, forja-se perpassada pelas condições e relações sociais de produção que os seres humanos estabelecem entre si em cada contexto histórico-social. Com isso, quero afirmar que nas sociedades nas quais as relações sociais se desenvolvem através das classes sociais a expressão predominante (leia-se: não única) da constituição do ser social é crivada pela luta que as classes sociais fundamentais travam entre si em determinado modo de produção.

No capitalismo, as relações sociais de produção, que são relações sociais de produção fundamentalmente de exploração e de dominação, dirigem a forma predominante como o sentido ontológico do trabalho se expressa na constituição do ser social.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo, no capitalismo, desenvolve-se imerso no antagonismo que se estabelece entre as classes sociais fundamentais e assume, predominantemente, as características do aspecto dominante da contradição fundamental²⁰ deste modo social de produção, qual seja, a contradição entre a burguesia/proletariado.

A dimensão ontológica do trabalho na perspectiva capitalista produz socialmente seres humanos (que vivem da venda de sua força de trabalho), majoritariamente, submissos, miseráveis, violentados, explorados, alienados, famintos, com suas perspectivas de vida e capacidade de conhecimento e crítica limitados.

²⁰Conceito desenvolvido por Mao Tse Tung, em seu livro *Sobre a contradição* (escrito em 1937). Neste livro, busca sistematizar o método dialético-materialista. Centra sua análise em três tipos de contradição (a contradição fundamental, a contradição principal e a contradição secundária), assim como sobre as formas específicas pelas quais se articulam, enfatizando os métodos diferentes de lutas e de estratégias políticas decorrentes destas articulações. Baseado no esforço empreendido por Lênin em *Sobre a questão da dialética*, afirma que “a lei da contradição inerente aos fenômenos, ou a lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” e, a partir desta lei, nos possibilita compreender o modo de produção como uma “totalidade orgânica” constituída por diversas e complexas contradições. Mao expõe que a “cada forma social, cada forma de pensamento, contém as suas contradições específicas e possui sua essência específica” (MAO TSE TUNG, 1979, p. 40). “Quando Marx e Engels aplicaram a lei da contradição inerente aos fenômenos, ao estudo do processo da história da sociedade, descobriram a contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre a classe dos exploradores e a classe dos explorados, assim como a contradição, daí resultante, entre a base econômica e a super-estrutura (política, ideologia etc.); e descobriram como *essas contradições* engendraram, inevitavelmente, diferentes espécies de revoluções sociais nas diferentes espécies de sociedades de classes. Quando Marx aplicou essa lei ao estudo da estrutura econômica da sociedade capitalista, descobriu que *a contradição fundamental dessa sociedade era a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. Tal contradição manifesta-se* pela contradição entre o caráter organizado da produção nas empresas isoladas e o caráter não organizado da produção à escala da sociedade inteira. *E, nas relações de classes, manifesta-se na contradição entre a burguesia e o proletariado*” (MAO TSE TUNG, 1979, p. 46). Enfatiza que “nem a contradição fundamental, no processo de desenvolvimento de um fenômeno, nem a essência desse processo, determinada por essa contradição, desaparecem antes da conclusão do processo” (MAO TSE TUNG, 1979, p. 46). E ainda que: “*para fazer sobressair a essência do fenômeno é necessário fazer ressaltar o caráter específico dos dois aspectos de cada uma das contradições desse processo; de outro modo, é impossível fazer sobressair a essência do processo. (...) estudar os dois aspectos de cada contradição, único meio para chegarmos a compreender o conjunto*” (MAO TSE TUNG, 1979, p. 43-44). Na unidade contraditória que constitui determinado fenômeno, ou seja, dos dois aspectos contrários que constituem os fenômenos, “um é necessariamente principal e o outro secundário. O principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O caráter dos fenômenos é, sobretudo, determinado por esse aspecto principal da contradição que ocupa posição dominante” (MAO TSE TUNG, 1979, p. 55). Entretanto, Mao Tse Tung chama atenção sobre a possibilidade do aspecto secundário transformar-se em aspecto principal, dado que estão em luta ininterrupta, mudando desta forma o caráter do fenômeno (grifos nossos).

Cabe destacar que estou tratando, neste momento, do trabalho como princípio educativo sob a direção do aspecto dominante da relação antes referida, sem considerar, ainda, a luta dos contrários que se constitui na mesma e se expressa na luta de classes em torno da constituição/produção do ser social. Este aspecto será desenvolvido no ponto três deste artigo.

Posto isso, deter-me-ei na análise da formação da força de trabalho no modo de produção capitalista, tratando de analisá-la a partir da condição fundamental que assume neste período histórico, ou seja, como uma mercadoria.

Conforme afirmado na primeira parte deste artigo, toda mercadoria constitui-se como unidade do valor-de-uso e do valor de troca. Assim, toda mercadoria deve ter uma utilidade social (valor-de-uso social), para que possa ser consumida e, simultaneamente, toda mercadoria necessita de um tempo para ser produzida.

Nesse sentido, se o valor-de-uso de determinada mercadoria informa qual é sua utilidade social, é preciso atentar para o fato de que a utilidade social da mercadoria força de trabalho para o capitalista é produzir mais-valia. Em outras palavras, quando o capitalista compra a mercadoria força de trabalho, objetiva atender a sua necessidade social, qual seja: extrair mais-valia e ampliar interminavelmente o acúmulo de capital.

O capital, e o Estado associado ao capital, não vão se interessar pela criança, pela criança pobre, trabalhadora, não do ponto de vista de sua formação mais global, (...) mas apenas enquanto uma mercadoria especial, uma força de trabalho que tem uma especificidade. (FRIGOTTO et al., 2005, p. 25).

No entanto, para que essa mercadoria especial realize sua especificidade, precisa ser colocada em ação através da produção de mercadorias – processo este que produz valor-de-uso, valor de troca (objetivos não imediatos do capitalista) e mais-valor (objetivo imediato do capitalista). A realização do objetivo imediato do capitalista é obtida através da produção de valores que não lhe interessam imediatamente ou só lhe interessam mediatamente na medida em que através deles obtém a produção da mais-valia.

Não podemos confundir o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho com o valor-de-uso que a mercadoria força de trabalho produz no processo de produção. Conforme afirmado, o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho é a condição da existência do capitalista enquanto tal, o mesmo não acontecendo com os valores-de-uso social²¹ produzidos pela mercadoria força de trabalho no processo de produção. É através da produção destes valores-de-uso que o capitalista obtém a extração da mais-valia.

Para realizar o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho, o capitalista precisa colocá-la em ação produzindo determinadas mercadorias. Para tanto, a mercadoria força de trabalho precisa estar apta, no sentido de que precisa ter as atribuições específicas (trabalho concreto) para que possa ser consumida no processo de produção de determinada mercadoria.

O valor-de-uso da mercadoria força de trabalho precisa ser concretizado, o que permite compreender quais são os requisitos necessários e demandados à força de trabalho. Ou seja, quais as habilidades específicas, quais as exigências que serão impostas à força de trabalho para que esteja apta a ser consumida no processo de produção. Esses requisitos definem se o trabalho da força de trabalho será simples ou se será complexo. Desta forma:

- No caso de o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho a ser consumido no processo de produção (em se tratando da força de trabalho: propriedade [forma] útil específica de determinada força de trabalho ou trabalho concreto)²²

²¹“(…) Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valores-de-uso social (…)” (MARX, 1996, p. 48).

²²“O trabalho do fiandeiro, como processo de produzir valor-de-uso é especificamente distinto dos outros trabalhos produtivos, e a diversidade se patenteia subjetiva e objetivamente, na finalidade exclusiva de fiar, no modo especial de operar, na natureza particular dos meios de produção, no valor-de-uso específico do seu produto (no caso, o fio) – [CONCEITO DE TRABALHO CONCRETO]” (MARX, 1996, p. 213). “A propriedade útil desta, de fazer fios ou sapatos [trabalho concreto], era apenas uma condição *sine qua non*, pois o trabalho, para criar valor, tem de ser despendido em forma útil” (p. 218). Observação: as palavras entre colchetes são minhas e objetivam chamar atenção para a forma como entendi determinado conceito, a partir do exposto pelo autor.

exigir atribuições que demandam um tempo maior de formação, o trabalho será definido como complexo²³.

- No caso de o valor-de-uso da força de trabalho a ser consumido no processo de produção exigir atribuições que demandam um tempo curto de formação, o trabalho será definido como simples.

De acordo com Marx (1996):

Observamos anteriormente que não importa ao processo de criação da mais-valia que o trabalho de que se apossa o capitalista seja trabalho simples, trabalho social médio, ou trabalho mais complexo, de peso específico superior. Confrontado com o trabalho social médio, *o trabalho que se considera superior, mais complexo, é dispêndio de força de trabalho formada com custos mais altos, que requer mais tempo de trabalho para ser produzida*, tendo, por isso, valor mais elevado que a força de trabalho simples. Quando o valor da força de trabalho é mais elevado, emprega-se ela em trabalho superior e materializa-se, no mesmo espaço de tempo, em valores proporcionalmente mais elevados. (MARX, 1996, nota 18, p. 222).

O estabelecimento dessa relação (atribuições demandadas à força de trabalho – tempo de formação) permite vislumbrar a unidade a que me referi (valor-de-uso/valor de troca)²⁴, no que diz respeito à mercadoria força de trabalho. De que maneira?

Para se compreender o valor de troca da mercadoria força de trabalho, é necessário perceber que no valor de troca dessa mercadoria (força de trabalho) está implicado tanto o necessário para a sua subsistência quanto o necessário à sua formação.

Dessa forma, a partir dos requisitos estabelecidos para a força de trabalho, define-se o tempo necessário para a formação

²³Cabe destacar, entretanto, que “a diferença entre *o trabalho superior (complexo) e o trabalho simples, entre o trabalho qualificado e o trabalho não qualificado* decorre, em parte, de meras ilusões, ou pelo menos de distinções que cessaram de ser reais, mas sobrevivem convencionalmente, por tradição; em parte, se origina também da situação precária de certas camadas da classe trabalhadora, situação que as impede, mais que as outras, de reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias fortuitas desempenham no caso papel tão importante que esses dois gêneros de trabalho chegam a trocar de posição. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como nos países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos brutais que exigem muita força muscular são consideradas superiores a muitos trabalhos mais refinados, que são rebaixados ao nível de trabalho simples (...) (MARX, 1996, nota 18, p. 222)”.

²⁴Conforme destacado, valor-de-uso que precisa ser concretizado ou realizado de forma específica.

²⁵Coloquei “parte” porque a luta de classes, ou seja, a correlação de forças na luta estabelecida pela classe trabalhadora pode interferir no preço da força de trabalho.

dessa mercadoria, isto é, a parte²⁵ do valor de troca da mercadoria força de trabalho. Cabe ressaltar que o valor da força de trabalho não é medido apenas em “tempo de formação”, mais ou menos curto, visto que as condições sociais, tradições, costumes e as próprias lutas dos trabalhadores o modificam.

Com base nos capítulos “Cooperação”, “Divisão do trabalho e manufatura” e “A maquinaria e a indústria moderna²⁶” do livro *O Capital*, pode-se compreender a relação entre a divisão sociotécnica do trabalho, a formação da classe trabalhadora e seu valor de troca, posto que – conforme afirmei – nesse valor, também, está inserido o tempo necessário à formação do trabalhador.

Marx explicita que a divisão sociotécnica do trabalho foi uma necessidade essencial para a consolidação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no que diz respeito à capacidade de ampliação da extração da mais-valia via aumento da capacidade de produtividade do trabalhador coletivo²⁷, da redução dos custos da produção da mercadoria força de trabalho, ou seja, da redução do trabalho necessário e da ampliação do trabalho excedente, assim como da subordinação da classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista precisou transformar o processo de trabalho em processo social. Segundo Marx, “essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro” (Ibidem, p. 384).

A concorrência entre os capitalistas pela expansão e disputa de mercados levou à necessidade de fornecer maior quantidade de mercadorias em um prazo determinado. Para alcançar tal objetivo, o capitalista “mutilou” o trabalhador, uma vez que parcializou as operações realizadas pelos trabalhadores. Cada operação foi subdividida e cada nova subdivisão isolada foi transformada em função exclusiva de um trabalhador determinado. A partir de então, cada trabalhador passou a realizar ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial.

²⁶Capítulos XI, XII e XIII, respectivamente.

²⁷“(…) O trabalhador coletivo (...) consiste apenas desses trabalhadores parciais, limitados. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho (...)” (MARX, p. 389).

Marx analisa que as diferentes habilidades necessárias para produzir uma mercadoria – características que dificilmente um único trabalhador possui plenamente – são conquistadas pelo capitalista, no trabalhador coletivo.

As diferentes funções do trabalhador coletivo são simples ou complexas, inferiores ou superiores, e seus órgãos, as forças individuais do trabalho, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores diversos. A manufatura desenvolve, portanto, uma hierarquia nas forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. Depois de limitar o trabalhador em uma única operação, uma única especialidade, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inhábeis. Para os últimos, não há custo de aprendizagem e, para os primeiros, os custos se reduzem, pois a função deles foi simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho. (...) A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos da aprendizagem, redundando para o capital em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo que reduz tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente (grifos nossos). (Ibidem, p. 401-402).

Estas foram algumas das motivações que levaram à divisão sociotécnica do trabalho e à sua intensificação ao longo de seu desenvolvimento, culminando na indústria moderna.

Esta divisão significou, por um lado, a redução do valor de troca da mercadoria força de trabalho – por meio da redução do tempo de trabalho necessário à sua formação para desenvolver determinada atividade e à sua subsistência –, pois o aumento da produtividade tende a abaixar o valor das mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador. Por outro, significou, dada a intensificação da exploração neste processo, a (con)formação do trabalhador a esse modo de produção, seja através da expropriação do conhecimento do trabalhador, seja através da sua adesão ao senso comum dominante, seja através da repressão física.

Conforme compreendido, a produção e a reprodução do ser social integram tanto sua formação material quanto sua formação intelectual (entendendo nesta também os aspectos culturais

e ideológicos), cabendo analisar as consequências do desenvolvimento da divisão sociotécnica do trabalho para a produção e reprodução deste ser social trabalhador, quais sejam: 1) no estreitamento da base técnica do trabalho, no que diz respeito à capacidade de análise científica do processo de trabalho; 2) na constituição e desenvolvimento da consciência e da cultura que se constituem predominantemente nesse processo.

Marx define a divisão sociotécnica do trabalho como processo de *(de)formação monstruoso* do trabalhador, haja vista ter inibido e reprimido um mundo de instintos e capacidades produtivas, no qual as forças intelectuais só se desenvolvem em um sentido, reduzindo o trabalhador a uma fração de si mesmo (MARX, 1996, p. 412-414). Destaca, ainda, citando outros autores, o adestramento, a obliteração intelectual, a ignorância, o embrutecimento e a imbecilidade aos quais os trabalhadores foram submetidos, assim como a dificuldade colocada aos mesmos para conseguirem exercitar sua inteligência.

A apreensão da complexidade desse processo implica observá-lo inserido na *totalidade* que constitui qualquer modo de produção social, ou seja: infraestrutura/superestrutura.

Isso significa compreender o trabalho como princípio educativo sob a égide do capital: como produtor da existência social baseado fundamentalmente na exploração e no desenvolvimento e (con) formação de *determinada forma de ser, sentir, pensar e agir* adequados e imprescindíveis para a sustentação e adequação a esta sociedade baseada na violência, exploração e dominação da maioria.

Marx, em diversos momentos de sua obra, expôs esta concepção:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, *desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.* (Ibidem, L. 1, v. 2, p. 854 – grifos nossos).

Gramsci ofereceu contribuições importantes para reflexão sobre a unidade contraditória entre os aspectos objetivos/subjetivos da realidade no desenvolvimento da consciência ético-política. De acordo com o autor, a relação entre superestrutura e infraestrutura constitui uma unidade. Neste sentido afirma:

Estrutura e superestrutura formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto *complexo e contraditório* das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (...). O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real). (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 250 – grifos nossos).

No livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels expuseram que a consciência advém da prática social, ou seja, do local, da posição em que os indivíduos estão inseridos, produzindo suas condições de existência. Compreendiam que, no processo de produção e reprodução das condições materiais de sua existência, os homens entram em determinadas relações sociais de produção – a partir de determinadas condições materiais, e nesta inserção constituem sua consciência. Ou seja, é a partir do ser social inserido e intervindo na produção das suas condições de existência (materiais, culturais, “espirituais” etc.) que a consciência se constitui.

As relações materiais da sociedade (infraestrutura: forças produtivas/relações sociais de produção) são relações entre classes sociais antagônicas, são relações baseadas na exploração. Logo, a premissa de que é o ser social quem determina a consciência nos permite afirmar que existem consciências diversificadas no seio da sociedade.

Dessa maneira, se existem duas classes fundamentais (burguesia e proletariado), têm-se dois tipos de consciência: consciência burguesa e consciência proletária, do que derivaria uma sociedade demarcada por essas duas concepções que se constituem em dois campos (de pensamento) antagônicos, bem definidos, bem perceptíveis. Ou seja, ter-se-ia uma sociedade extremamente polarizada.

No entanto, o próprio Marx explica que houve um momento em que *teoricamente* a unidade ser social/consciência se rompeu. Com a divisão social do trabalho – divisão entre trabalho intelectual

e trabalho material (manual) –, a *consciência imaginou* que pudesse ser algo *independente* do ser social:

(...) a partir desse momento, a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, teologia, filosofia, moral, etc. (MARX; ENGELS, 2002, p. 26).

Com a separação entre os que “pensam” e os que “executam”, cogitou-se a possibilidade de o pensamento estar desvinculado de uma prática – de uma experiência direta (de nossa época) ou indireta (prática direta dos antepassados). Com isso, se estabeleceu uma relação de poder entre os que “elaboram”, “conhecem” (teorizam) – trabalho intelectual – e os que “não sabem”, apenas executam o pensado – trabalho manual. Essa dissociação trouxe consequências, principalmente no que se refere à hegemonia sobre o que é a “verdade”, sobre os conceitos “científicos”, sobre os conceitos que dão conta da explicação sobre a realidade.

A partir do momento que ocorreu a divisão social do trabalho, houve uma aparente separação entre a concepção do produto e a produção do mesmo, uma aparente e parcial separação entre teoria e prática, entre pensamento e ação.

Com a intensificação da divisão do trabalho no capitalismo, essa aparente separação, devido à tecnização e fragmentação do processo produtivo, promoveu a alienação do produtor, pois, à medida que ele se especializava, perdia cada vez mais o controle do processo de trabalho, a capacidade de compreender a base científica do processo de trabalho, ou seja, os fundamentos científicos da base técnica do trabalho e concomitantemente, os limites à compreensão da realidade como uma totalidade e das relações sociais nas quais este processo se desenvolve.

Essa arena se tornou (e é) propícia para a manutenção da classe dominante enquanto tal, dada a eficácia social de sua ideologia na naturalização das condições da existência social no modo de produção capitalista, assim como na adesão da classe dominada à sua visão de mundo e projeto de sociedade (consenso ativo e/ou passivo).

Como afirmam Marx e Engels, a classe dominante, por se apropriar do poder material dominante, detém também o poder *espiritual* dominante e se apropria dos meios de produção intelectual. Logo, suas ideias são as ideias dominantes de determinada época. A classe dominada, da qual são negados os meios de produção intelectual, está submetida à expressão ideal das relações materiais dominantes (MARX; ENGELS, 2002, p. 48).

Ou seja, na contradição fundamental que caracteriza o modo de produção capitalista, qual seja, burguesia/proletariado, o aspecto principal (dominante) – a burguesia – detém a hegemonia da representação da realidade, pois dispõe de meios para colocar seus pensamentos e sua visão de mundo como os únicos aparentemente válidos de maneira universal.

Entretanto, dada a luta de classes constitutiva da sociedade capitalista, luta entre classes sociais antagônicas, com interesses antagônicos, luta expressa em todos os campos, inclusive no campo das ideias, considero que a concepção de mundo da burguesia caracteriza-se como uma falsa consciência, visto que os aspectos que predominam e determinam esta concepção correspondem a uma tentativa de sobrepôr a visão de uma parcela da sociedade (e, enquanto parcialidade, verdadeira, embora unilateral) a uma totalidade contraditória, contribuindo, desta forma, para mascarar e dissimular a realidade.

Essa é uma necessidade da classe dominante, no caso a burguesia, para mascarar as relações de exploração e colocá-las como naturais e, assim, justificar e legitimar o Estado burguês. Esta perspectiva tem uma predominância na sociedade, exatamente porque dispõe de meios materiais para isso, como já afirmei antes.

Todavia, na luta e em confronto com esta concepção está a concepção de mundo da classe explorada, que tem como necessidade crucial desvendar, desconstruir, desmascarar os aspectos dissimulados pela burguesia e se firmar enquanto concepção hegemônica.

Por compreender que a consciência está crivada pelas relações de classes e que a ideologia é conjunto de ideias que orientam uma classe, Gramsci dimensiona a luta acirrada que existe no campo de disputa ideológico:

Para a filosofia da práxis, *as ideologias* não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos e reais, que *devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumento de domínio*, não por razões de moralidade, etc., mas por razões de luta política: *para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra*, como momento necessário da subversão da práxis. (...) Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação da realidade; *a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir* (...). (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 387-388 – grifos nossos).

A relevância da constituição da visão de mundo e da possibilidade e necessidade de desenvolvimento da *ideologia historicamente orgânica* (GRAMSCI, 1978, p. 63) da classe dominada são compreendidas nas obras dos autores citados porque concebiam a relação entre superestrutura e infraestrutura como uma relação não mecânica, não imediata, não direta entre estes aspectos.

Marx e Engels, no momento em que escreviam *A Ideologia Alemã*, travavam uma luta contra as concepções idealistas e, por isso, enfatizaram a determinação da base material (infraestrutura).

Estes autores entendiam a relação [infraestrutura/superestrutura] como uma totalidade. Desta forma, ao afirmarem que a infraestrutura é o fator determinante, compreendiam que a superestrutura está inscrita nesta base material. Em outras palavras, o fator objetivo e o fator subjetivo integram, isto é, constituem a base material. Constitui-se, portanto, uma relação dialética, e não uma relação mecânica, dicotômica.

Como esclarece Engels em carta a Bloch²⁸, esta relação entre a base material e a superestrutura não é uma relação mecânica.

(...) *A situação econômica é a base, mas os diferentes atores da superestrutura* que se levantam sobre ela – as forma políticas da luta

²⁸Carta de Engels a Bloch. Londres, 21/22 de setembro de 1890. In: *Obras escolhidas do Marx e do Engels*, Alpha Omega, sem data.

de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – *também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator dominante...* (ENGELS, 1890, grifos nossos).

O debate sobre a relação entre infraestrutura/superestrutura sempre foi polêmico e é contemporâneo a Marx e Engels que, desde aquela época, enfrentavam e combatiam a leitura mecânica e unilateral que faziam de sua concepção.

Em um primeiro momento, a partir da definição da ideologia como uma falsa consciência, como pura ilusão, poderia entender que Marx e Engels, contraditoriamente, inclusive, à sua concepção da luta de classes como motor da história – estariam desprezando ou relegando para segundo plano a luta de classes na superestrutura.

Se assim fosse, será possível concluir que os seres humanos poderiam ser considerados como “*tabula rasa*”, dominados por uma ilusão nunca contestada, nunca em enfrentamento com a realidade contraditória. No entanto, no livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ressaltam o papel ativo das ideias na vida social, afirmam inclusive que a *consciência comunista* surge da luta que se trava no seio da sociedade,

(...) da qual surge a consciência da necessidade de uma revolução radical, consciência que é a *consciência comunista* e pode se formar também, bem entendido, nas outras classes, quando toma conhecimento da situação desta classe... (MARX; ENGELS, 2002, p. 85 – grifos nossos).

Percebe-se assim que, em nenhum momento, Marx e Engels negaram a existência de ideias revolucionárias e sempre consideraram o confronto destas com as ideias conservadoras: “A existência de idéias revolucionárias em uma determinada época já supõe a existência de uma classe revolucionária” (Ibidem, p. 49).

Ao definir a ideologia dominante como falsa consciência, Marx e Engels entendiam-na como uma tendência, uma neces-

sidade, uma tentativa da classe dominante para manter a sua hegemonia. O que não significa que descartem a existência da luta de classes na superestrutura inscrita nas próprias relações sociais de produção. Não à toa afirmam que é através da prática revolucionária que a consciência comunista surgirá:

Uma ampla transformação dos homens se faz necessária para a criação em massa dessa consciência comunista, como também para levar a bom termo a própria coisa; ora, tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução; esta revolução não se faz somente necessária, portanto, só por ser o único meio de derrubar a classe dominante, ela é igualmente necessária porque somente uma revolução permitirá que a classe que derruba a outra varra toda a podridão do velho sistema e se torne apta a fundar a sociedade sobre bases novas. (Ibidem, p. 86 – grifos nossos).

Nesse sentido, compreender o conjunto complexo e contraditório das superestruturas como o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, 2004) significa entender que:

- as relações sociais de produção são relações que se estabelecem entre contrários em unidade e luta;
- existe um aspecto nesta relação que domina, e por isso dirige e define a expressão dominante do fenômeno, no entanto, esta dominação não anula²⁹ a existência do aspecto secundário que está em permanente luta com o aspecto principal;
- o aspecto secundário, na luta com o aspecto principal, pode tornar-se o aspecto principal;
- das relações sociais de produção marcadas pela contradição e luta entre as classes sociais fundamentais emergem formas de ser, pensar, sentir e agir contra-hegemônicas e em permanente luta e, apesar de ainda não serem hegemônicas, na luta, podem vir a ser.

Para tanto, há que se compreender fundamentalmente que:

²⁹Até porque a unidade com o aspecto secundário é a condição de existência do aspecto principal. O ser social capitalista se faz capitalista na relação de exploração que estabelece com o ser social trabalhador, um não existe sem o outro.

a *unidade* dos contrários é condicional, temporal, transitória, relativa. A *luta* dos contrários que se excluem mutuamente é *absoluta*, como são absolutos o desenvolvimento e o movimento. (LÊNIN, 1986, v. 29, p. 322 – tradução livre, grifos nossos).

Neste sentido, entendo que o trabalho no capitalismo constituiu-se como princípio educativo na *unidade relativa e luta absoluta* que os contrários estabelecem entre si. Partindo desta perspectiva, o trabalho como princípio educativo assume perspectivas distintas e antagônicas.

Alguns autores questionam a possibilidade do trabalho no capitalismo ser princípio educativo. Segundo Tumolo:

Se é verdade que o trabalho é a base da existência humana, penso que seria necessário indagar como é produzida essa existência humana, por intermédio do trabalho, na especificidade do modo capitalista de produção. Qual é, nesta forma social determinada, o significado do trabalho? Em que medida seria possível considerar o trabalho como princípio balizador de uma proposta emancipadora de educação no interior do capitalismo? (2005, p. 241).

As questões apresentadas por Tumolo, no fragmento citado, são fundamentais. Quando iniciei as primeiras leituras da literatura que analisa o trabalho como princípio educativo, minhas questões foram parecidas com as indagações levantadas por este autor.

Não colocava em questão – como parece fazer Tumolo – a concepção do trabalho como base da existência humana (neste sentido ontológico). Considerando e concordando com esta concepção, indagava: como é produzida a existência humana no modo de produção capitalista? Como é produzida a existência humana, em uma sociedade cindida entre classes sociais fundamentais? Como compreender os fundamentos ontológico-históricos³⁰ do tra-

³⁰Dermeval Saviani inicia seu artigo “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos” (2007) retificando o título que deu ao artigo. Segundo ele: “Não se trata de examinar os fundamentos ontológicos e depois, em acréscimo, examinar os fundamentos históricos, ou vice-versa. Isso porque o ser do homem e, portanto, o ser trabalho, é histórico. Assim, talvez o título deste trabalho ficasse mais preciso se fosse enunciado assim: ‘Trabalho e educação: fundamentos ontológicos – históricos’”. Neste sentido, compreendo que o ser humano forma-se enquanto tal historicamente. Este “historicamente” é construção social que se ergue a partir das relações e condições sociais estabelecidas e desenvolvidas pelos seres humanos na intervenção sobre a natureza para produzir e reproduzir sua existência social.

balho no capitalismo inscritos na luta de classes através da qual o trabalho e o ser social são produzidos na forma social capitalista?

Levantei estas primeiras questões e, através delas, concluí – entre outros aspectos – que compreender o sentido ontológico do trabalho significa compreender que a forma histórica que o trabalho assume no capitalismo não é natural, não é dada, mas construída socialmente. Significa desnaturalizar esta forma histórico-social assumida pelo trabalho, passo importante para compreender que o ser social constituído no processo histórico no qual estamos inseridos não é a única forma de ser, pensar, agir e sentir.

A partir disso, avancei para a seguinte questão: que carácter assume o trabalho como princípio educativo na perspectiva da classe trabalhadora, ainda no capitalismo? Nessa questão me aproximo da indagação de Tumolo: “Em que medida seria possível considerar o trabalho como princípio balizador de uma proposta emancipadora de educação no interior do capitalismo?” (2005, p. 256).

Todavia, diferentemente deste autor – que não acredita nessa possibilidade, pois na sua perspectiva o princípio educativo deveria ser a crítica radical do trabalho, que implicaria a crítica radical do capital e do capitalismo –, considero que a crítica radical da produção da existência social é gestada nos diversos enfrentamentos, resistências e lutas da classe trabalhadora *na produção da sua existência social* sob a hegemonia capitalista, através dos quais a perspectiva da necessidade de ruptura com a ordem social vigente pode ser constituída e desenvolvida (assim como já foi historicamente).

Mas a pergunta persiste: *Em que medida seria possível considerar o trabalho como princípio balizador de uma proposta emancipadora de educação no interior do capitalismo?*

A LUTA DE CLASSES E A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

A análise da introdução e do desenvolvimento da ciência na produção capitalista nos revela que este processo ocorreu imerso

na luta de classes estabelecida no seio da produção. A classe dominante, diante da necessidade de ampliação da extração da mais-valia e frente à resistência dos trabalhadores, expropriou e a limitou do conhecimento e do domínio desses sobre o processo de trabalho. Essas foram algumas das estratégias daquela classe para subordinar e intensificar a exploração da classe trabalhadora.

A máquina (...) se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital. Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi desde o início antagonista da 'força humana', tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia. Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores. (MARX, 1996, p. 499).³¹

A trajetória da subsunção formal à subsunção real do trabalhador é a trajetória de apropriação pelo capital do saber operário e de seu controle (GOMEZ, 2002). E ainda, segundo Frigotto, “o que se pode perceber historicamente *é um duplo processo de 'expropriação' – material e intelectual*” (2002, p. 20, grifos nossos).

Assim, o sentido ontológico do trabalho na perspectiva capitalista, ou seja, o trabalho como princípio educativo na perspectiva do capital³², cerceia, limita e restringe a possibilidade e a potencialidade do pleno desenvolvimento do conhecimento para a classe trabalhadora.

Contudo, entendo o trabalho como um fenômeno que se constitui na unidade de contrários em luta, que se desenvolve e transforma-se na relação de força, de conflito e de antagonismo

³¹Marx, no capítulo XIII do livro *O Capital*, transcreve diversos depoimentos que ilustram a relação entre o desenvolvimento da ciência e a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais. Entre outros depoimentos citados por Marx, destaco: “A propósito da invenção da máquina de fiar automática, diz ele [Marx refere-se a Ure]: ‘Uma criação destinada a restaurar a ordem entre as classes industriais... *Essa invenção confirma a doutrina por nós sustentada segundo a qual o capital compele à docilidade o braço rebelde do trabalho, quando põe a ciência a seu serviço* (grifos nossos)” (idem, p. 500). David Harvey, no seu livro *Condição pós-moderna*, afirma que: “(...) o pensamento de Taylor tinha longa ancestralidade, remontando, através dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, a obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage, que Marx considerava reveladoras” (2008, p. 122).

³²Ramos destaca que o trabalho como princípio educativo pode ser assumido na perspectiva do capital ou do trabalhador (2005, p. 42).

entre o aspecto principal (dominante: a classe burguesa) e o aspecto secundário (dominado: a classe trabalhadora) – aspectos que constituem a contradição fundamental no capitalismo.

O trabalho entendido a partir dessa relação permite compreender que o aspecto principal dirige e caracteriza o sentido da formação humana (dos grupos e das classes sociais). Todavia, não anula a resistência e, portanto, a necessidade, a luta e a possibilidade de a classe dominada se tornar o aspecto principal desta contradição, ou seja, não anula a luta para transformar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da classe trabalhadora em concepção hegemônica.

A concepção da educação politécnica é expressão desta luta, pois é a expressão da percepção e consciência da classe trabalhadora, forjadas nas diversas dimensões da luta de classes, da necessidade de apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, de desenvolver e ampliar seu conhecimento e domínio sobre o processo de trabalho, possibilitando compreender a organização e as relações sociais nas quais este se desenvolve, tendo em vista potencializar sua capacidade de analisar criticamente a realidade social e transformá-la.

Rodrigues (1998, 2006) constrói uma rede conceitual para explicar as dimensões constitutivas da educação politécnica³³: a dimensão infraestrutural – relacionada aos aspectos do mundo do trabalho, especificamente aos processos de trabalho sob a organização capitalista; a dimensão utópica (socialista) – relacionada ao vínculo entre essa concepção de formação humana e um projeto mais amplo de sociedade; e a dimensão pedagógica – relacionada à busca por estratégias que permitam uma prática educativa que já comece a caminhar na construção da educação politécnica.

Frigotto (2005, p. 45) observa que existe uma diferença entre ensino médio tecnológico e ensino médio politécnico, assim ajuda na compreensão do papel da dimensão utópica da educação politécnica. De acordo com este autor, o ensino tecnológico

³³Rodrigues constrói esta rede conceitual a partir da identificação das principais preocupações e questões levantadas nas obras dos diversos educadores que se dedicam ao tema da politécnica.

proporciona a compreensão dos fundamentos técnico-científicos da produção moderna, mas, por se desenvolver sob uma concepção burguesa, não pode ser “politécnico, uma vez que este último é orientado pela perspectiva de transformações na estrutura social”.

A dimensão utópica não só orienta a dimensão infraestrutural, no sentido de ser o esforço de construir um conhecimento que vislumbre caminhos para a superação das relações sociais vigentes, como também unifica a dimensão pedagógica.

A dimensão infraestrutural evidencia a centralidade dada à necessidade de se desenvolver a capacidade da compreensão global do processo de trabalho. Tal ênfase pauta-se na análise do processo de divisão sociotécnica do trabalho como um processo de fragmentação, expropriação do conhecimento da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de cerceamento e limitação de sua capacidade de conhecimento crítico acerca do processo de produção no qual está inserida, dificultando sua capacidade de contestação via ideologia dominante.

A visão global do processo de trabalho pressupõe o domínio das suas bases técnico-científicas. Este domínio passa pelo entendimento da *totalidade* dos aspectos que constituem o processo de trabalho: o científico-técnico e o científico-político.

O aspecto científico-técnico refere-se ao domínio da concepção e compreensão do conjunto do processo de trabalho, possibilitado pela união entre trabalho manual e trabalho intelectual. O aspecto científico-político diz respeito ao domínio do conhecimento acerca do modo de produção social, no qual se desenvolve o processo de trabalho e sua relação com o aspecto científico-técnico. Trata-se de formar dirigentes tanto no aspecto técnico quanto no aspecto político, capazes de colocar a teleologia do trabalho sob o comando dos próprios trabalhadores, orientado para a produção da existência humana baseada na igualdade e na liberdade.

A centralidade proposta pela dimensão infraestrutural objetiva caminhar para a ruptura da dualidade saber prático/saber científico produzida pelo desenvolvimento histórico-social do capitalismo, entendendo-a como passo importante para o aprofundamento da

compreensão da realidade, e, a partir desta, o desenvolvimento da consciência crítica e a ampliação da capacidade de intervenção política³⁴.

Sinteticamente, pode-se dizer que a concepção de formação politécnica apóia-se na análise das transformações dos processos de trabalho que estão na base das relações de capitalistas (dimensão infraestrutural). Análise essa realizada sob a perspectiva de um projeto utópico revolucionário de construção de uma sociedade sem classes (dimensão utópica). Essas duas dimensões acabam por desembocar em propostas de ação educativa (dimensão pedagógica) que têm como finalidade contribuir para a formação omnilateral do homem. (RODRIGUES, 1998, p. 101).

Desta forma, a educação politécnica, ao centrar-se no desenvolvimento de uma formação que possibilite a visão global do processo de trabalho e no pleno desenvolvimento dos seres humanos, rompe com a educação voltada para o adestramento, para a subordinação, para a naturalização da atual forma de existência social, que se limita a forjar a adesão ao senso comum dominante – aspectos fundamentais para a manutenção da classe dominante como tal.

Para Frigotto (1993):

Educar neste contexto é explicitar criticamente as relações sociais de produção da sociedade burguesa, para por-se a caminho de sua desarticulação e criar as condições objetivas para que se instaure um novo bloco histórico onde não haja exploradores e explorados, proprietários e não-proprietários, e que, pelo trabalho, mediatizado pela técnica, os homens produzam sua existência de forma cada vez mais completa. (FRIGOTTO, 1993, p. 6).

Essa percepção é fundamental para compreender a concepção de educação politécnica, suas possibilidades, seus desafios e limites nas relações sociais vigentes, assim como suas contribuições para superação das mesmas.

³⁴“Trata-se, principalmente, de compreender que a produção do conhecimento, a formação da consciência crítica têm sua gênese nestas relações [nas relações sociais de produção]” (FRIGOTTO, 2002, p. 18).

Saviani (1987) expõe que:

A idéia de politecnicia (...) postula que processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. (...) *A separação destas funções é um produto histórico-social, separação esta que não é absoluta, é relativa (...). O que a idéia de politecnicia tenta introduzir é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação.* (...) A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade. (SAVIANI, 1987, p. 15 – grifos nossos).

Posto isso, Saviani esclarece que trabalhar na proposta da politecnicia é trabalhar no presente tendo em conta o futuro, o que nos permite verificar que não se trata de uma concepção situada no campo do idealismo, visto ter em conta as dificuldades e os limites colocados para a efetivação desta concepção de educação, na sociedade capitalista.

Frigotto (1999) compartilha da clareza de Saviani, ao afirmar que

a escola politécnica (...) ao mesmo tempo em que é posta como a escola da sociedade futura (...) indica a direção de luta no interior da sociedade burguesa, por uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1999, p. 189).

Neste sentido, o trabalho no capitalismo é princípio educativo tanto na perspectiva do capitalista, na medida em que educa/forma a classe trabalhadora para a conformação (passiva e/ou ativa) à sua dominação (política, econômica, cultural), quanto na perspectiva da classe trabalhadora, pois do trabalho – entendido como uma relação social que, no capitalismo, se estabelece através da força, do poder e da violência (FRIGOTTO, 2002) – emergem a crítica, a resistência e a proposta emancipadora de educação.

O processo de produção do saber, portanto, é social e historicamente determinado, resultado das múltiplas relações sociais que os

homens estabelecem na sua prática produtiva. *O lócus, portanto, da produção do conhecimento, é o conjunto das relações sociais*; são inúmeras as formas de produção e distribuição de saber, resultantes do confronto cotidiano do homem com a natureza e com os seus pares, que lhe apresenta questões que o obrigam a desenvolver formas próprias de pensar e fazer, experimentando, discutindo, analisando, descobrindo. (KUENZER, 2001, p. 27 – grifos nossos).

Essas relações engendram ideologias, como expressão dos efeitos, dos conflitos e das práticas sociais na consciência e ação dos agentes sociais em luta (TOLEDO, 2003) que, ao mesmo tempo, revelam-se como um motor dinamizador que orienta uma concepção de mundo e uma atividade prática (GRAMSCI, 2004). A ideologia se constitui na luta de classes e é a expressão desta na superestrutura.

De acordo com Balibar (1975):

Assim, a ideologia histórica duma classe (a “consciência de classe” do proletariado, por exemplo) não é criada, elaborada, inventada (...): produz-se em condições materiais dadas face à ideologia contrária e ao mesmo tempo que ela, como uma forma particular da luta de classes, se impõe-se na sociedade (realiza-se, existe simplesmente) com o desenvolvimento desta luta. (BALIBAR, 1975, p. 71).

A educação politécnica advém da luta de classes, é expressão da perspectiva da classe trabalhadora, na luta histórica que trava com a classe dominante, e da consciência de que no processo de lutas o domínio técnico-científico do processo de trabalho, que possibilite e amplie o conhecimento acerca da realidade social, é fundamental para dar conta das tarefas colocadas no processo de superação da ordem vigente, tanto no que diz respeito à construção de uma linha política justa em cada contexto e conjuntura, quanto de construção e difusão de sua visão de mundo.

REFERÊNCIAS

BALIBAR, É. *Cinco estudos do materialismo histórico*. Tradução de Elisa Amaro Bacelar. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1975, v. 1.

ENGELS, F. Carta de F. Engels a Bloch, 21-22 set. 1890. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 3, s/d. p. 284-286.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim técnico do Senac*, v. 19, n. 1, jan./abr., 1993.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, C. M. et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-26.

_____; CIAVATTA, M. (Orgs.). *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

_____; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, H. da; CONCEIÇÃO, M. da (Orgs.). *Educação integral e sistema de conhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT, 2005.

GOMEZ, C. M. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: _____ et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo de filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, em colaboração com Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

_____. *Concepção dialética da história*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Loyla, 2008.

HUBERMAN, L. *A história da riqueza do homem*. 9. ed. Rio de

Janeiro: Zahar, 1973.

KUENZER, A. Z. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. Teses de Feuerbach. In: _____; ENGELS, F. *Obras esco-lhidas*, São Paulo: Alfa Omega, s/d, v. 3.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES, J. Educação politécnica. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. F. (Orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009, p. 168-175.

_____. Qual cidadania, qual democracia, qual educação? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 417-430, 2006.

_____. *Educação politécnica no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan.-abr. de 2007.

_____. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 1989.

TOLEDO, C. N. Ideologia em Marx. Texto apresentado no Ciclo de Palestras *Marx e o marxismo em 12 lições*. São Paulo: Colégio São Paulo, 14 de outubro de 2003 (*mimeo*).

TSE TUNG, M. Sobre a contradição. In: SAMPAIO, C. A. *Filosofia de Mao Tse Tung*. Belém: Boitempo, 1979. p. 30-73 (Coleção Teoria Hoje).

TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? *Educação e sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. de 2005.